



DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

**ANA NERY BEZERRA CAMELO**

LINHA DE PESQUISA  
Educação e Cidadania



**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL: UM ESTUDO  
DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL  
JOHN KENNEDY EM GUARABIRA-PB**

GUARABIRA – PB

2011

**ANA NERY BEZERRA CAMELO**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL: UM ESTUDO  
DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL  
JOHN KENNEDY EM GUARABIRA-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) realizado como exigência para a conclusão do curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, Departamento de Geografia, sob a orientação do Prof<sup>a</sup> Ms Regina Celly Nogueira da Silva.

GUARABIRA - PB

2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE  
GUARABIRA/UEPB

C181e

Camelo, Ana Nery Bezerra

Educação ambiental no ensino fundamental: um estudo de caso da Escola Estadual de Ensino Fundamental John Kennedy em Guarabira / Ana Nery Bezerra Camelo. – Guarabira: UEPB, 2011.

65f.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso – TCC) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Ms. Regina Celly Nogueira da Silva”.

1. Educação Ambiental 2. Ensino Fundamental  
3. Consciência Ecológica I. Título.

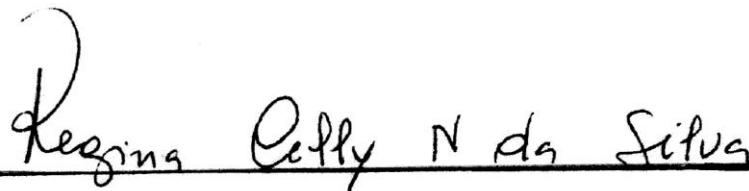
22.ed. CDD 372.357

**ANA NERY BEZERRA CAMELO**

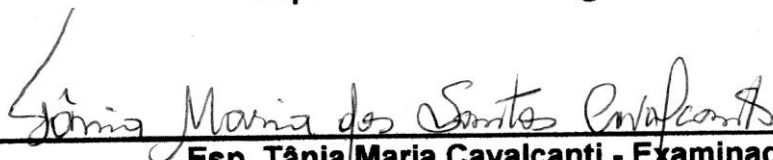
**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL: UM ESTUDO DE CASO  
NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JOHN KENNEDY EM  
GURABIRA-PB**

Aprovado em 22 de junho de 2011.

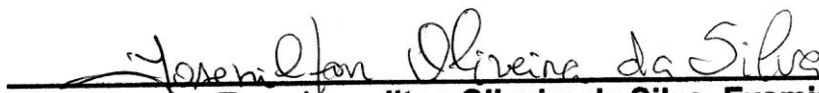
**BANCA EXAMINADORA**



**Prof. Ms. Regina Celly Nogueira da Silva - Orientadora  
Departamento de Geografia-UEPB**



**Esp. Tânia Maria Cavalcanti - Examinadora  
Departamento de Geografia-UEPB**



**Esp. Josenilton Oliveira da Silva - Examinador  
Departamento de Geografia-UEPB**

**GUARABIRA – PB**

**2011**

Dedico este trabalho a todos os que  
acreditaram e confiaram em mim, minha  
família e amigos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por mais uma conquista, pois sem Ele nada posso, Nele confio, espero e venço todas as dificuldades.

A minha família em especial à minha querida mãe batalhadora, Dionice, não tenho nem palavras para expressar tudo o que ela representa em minha vida, ela que sempre me apoiou em todos os momentos.

Ao meu amado e querido Wandson por sua paciência e compreensão em todo esse tempo. Obrigado por você existir e fazer parte da minha vida.

A Tayse, Tamyres, Pedro e João por fazerem minha vida mais feliz.

Aos colegas da classe, por todos os momentos na UEPB e por todas as aventuras dentro e fora da sala de aula.

A todos os meus amigos, eles estando perto ou longe sempre me incentivam, me dão força para continuar essa longa caminhada.

A minha orientadora Professora Regina Celly Nogueira por auxiliar-me em todos os momentos desta pesquisa.

Aos funcionários da UEPB em especial a Tania e Josenilton pela paciência e incentivo que sempre me deram.

A todos os professores que passaram no decorrer da minha trajetória estudantil.

A todos o meu mais sincero agradecimento.

*“Não tenho caminho novo, o que tenho é  
novo jeito de caminhar...”*

(Thiago de Mello)

**043 - Geografia**

**Título: EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JOHN KENNEDY EM GURABIRA-PB**

**Linha de Pesquisa: Educação e Cidadania**

**Autora: Ana Nery Bezerra Camelo**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Regina Celly Nogueira**

**Examinadores: Tania Maria Cavalcanti**

**Josenilton Oliveira da Silva**

## RESUMO

O trabalho em questão apresenta os aspectos da educação ambiental no ensino fundamental de acordo com as normas estabelecidas em lei, mostra ainda a estrutura e desenvolvimento de temas fundamentais para o desenvolvimento do ensino fundamental do país. Estrutura a educação básica no Brasil a partir dos conceitos elaborados sob a ótica dos PNE, PDE e PCN como temas substanciais na construção do ensino fundamental. Relaciona a questão ambiental, aos problemas enfrentados pelo ensino fundamental, ao modelo de vida desenvolvido pela sociedade atual, fazendo um comparativo com a necessidade de se ter uma educação ambiental voltada para a consciência ecológica e principalmente de ser desenvolvida para o ensino fundamental. Demonstra ainda a preocupação em relação ao que de fato ocorre nas instituições de ensino público quando se refere ao desenvolvimento em sala de aula da utilização da política educacional baseada nas perspectivas dos PCNS, tão importantes para o desenvolvimento da educação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Ambiental. Ensino Fundamental e Consciência Ecológica.



## ABSTRACTY

### **Environmental education in the elementary school: a case study in the State Eschol of Basic Education John Kennedy.**

The work in question presents aspects of environmental education in elementary schools in accordance with rules established by law, also shows the structure and development of key issues for the development of basic education in the country. Structure of basic education in Brazil from the concepts developed from the perspective of the NAP, NCP as PDE and substantial issues in the construction of elementary school. Related environmental issues, the problems faced by elementary school, the life model developed by modern society, making a comparison with the need to have an environmental education, ecological awareness and to be developed primarily for elementary schools. It also demonstrates a concern in relation to what actually occurs in institutions of public education when it comes to development in the classroom use of educational policy based on the perspectives of PCNS, so important to the development of education.

**KEYWORDS:** Environmental Education. Elementary and Ecological Ewareness.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

- PNE - Plano Nacional de Educação
- PDE - Plano de desenvolvimento da Educação
- LDB - Lei de Diretrizes e Bases
- CF - Constituição Federal
- ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente
- CNE- Conselho Nacional de Educação
- CEB - Câmara de Educação Básica
- MEC - Ministério da Educação
- PCNS - Parâmetros Curriculares Nacionais
- EA - Educação Ambiental
- PNMA - Programa Nacional de Meio Ambiente

## LISTA DE IMAGENS

Foto 1 – Entrada da E. E. E. F. John Kennedy.....	42
Foto 2 – Alunos do 5º ano da E. E. E. F. John Kennedy.....	43
Foto 3 – Cantina da E. E. E. F. John Kennedy.....	44
Foto 4 – Biblioteca da E. E. E. F. John Kennedy.....	45
Foto 5 – Sala de Professores da E. E. E. F. John Kennedy.....	45

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPITULO I A História e a Geografia do Lugar.....	16
CAPITULO II Educação Básica no Brasil.....	19
2.1- O Marco Legal da Educação Fundamental.....	20
2.2 - Do PDE ao PNE avanços e desafios.....	22
2.3 - DCN e PCN para o Ensino Fundamental.....	25
CAPITULO III A Questão Ambiental .....	33
3.1 A Educação Ambiental .....	36
3.2 Educação Ambiental e Consciência Ecológica.....	39
CAPITULO IV Caracterização da Escola Estadual de Ensino Fundamental John Kennedy.....	43
4.1 Educação Ambiental no Cotidiano da Sala de Aula.....	47
4.2- a Escola Estadual John Kennedy e os PCNs.....	47
4.3 Sujeitos da pesquisa e levantamento de dados.....	48
4.4 Uma Proposta de Educação Ambiental para a Escola Estadual de Ensino fundamental John Kennedy.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS .....	56
Anexos.....	58

## Introdução

Embora existam muitos estudos sobre a educação e em especial sobre o Ensino Fundamental, identificamos uma lacuna quando se refere ao termo educação ambiental no ensino fundamental, principalmente nos pequenos municípios brasileiros, aonde pouco ou quase nada vem se produzindo nesse sentido, levando em consideração a realidade desses municípios.

Nesse sentido, esse trabalho se propõe a fazer uma análise de como vem se desenvolvendo a educação ambiental no Ensino Fundamental a partir da ótica dos profissionais da educação, em especial os professores, que são quem está na ponta, em contato direto com o educando, estando em suas mãos à condução do processo educativo, a partir da sua visão de mundo e do compromisso político com a formação de verdadeiros cidadãos.

Nosso trabalho será realizado na cidade de Guarabira. Cidade importante na história e geografia paraibana. Guarabira (Anexo 01) <sup>1</sup>tem suas origens calcadas na história dos povos indígenas da região. Inicialmente denominada de Guaraobiora e Guirabira, nomes essencialmente indígenas, ver-se, assim, que possui uma ligação direta com a história dos povos indígenas da região. Desde o início da colonização do Brasil pelos portugueses, se tem evidências históricas referentes principalmente ao desbravamento de suas terras.

Por volta de 1641, holandeses também ali estiveram à busca do ouro durante curto período, por serem infrutíferas as pesquisas, retornaram ao seu ponto de partida. (IBGE, 2010)

Segundo documentos históricos, foi elevada à condição de cidade, pela lei provincial nº 841, de 26-11-1877. O primeiro relato do local onde se origina a cidade vem de muito tempo atrás, há evidências históricas do período da colonização do Brasil. Segundo o Especial do Jornal a UNIÃO de 26 de novembro de 2000 o surgimento da cidade de Guarabira se deu a partir da construção de residências, nas terras do Engenho Morgado, em 1649, que no decorrer do tempo foi evoluindo para o aglomerado urbano e continuou crescendo por conta do solo fértil para o cultivo da cana de açúcar e de outras culturas de subsistências que o território dispunha naquele momento. Porém o fato mais conhecido e mais famoso

---

<sup>1</sup> [ffp://:geoftp.ibge.gov.br/MUE.2007/PB/cart 41/](http://geoftp.ibge.gov.br/MUE.2007/PB/cart41/)

até hoje para a cidade foi a vinda de José Gonçalves da Costa Beiriz, um português vindo da cidade de Beiriz, que somente em 1755 chegou nessa região e aqui adquiriu terras, fundou engenho de cana-de-açúcar e fixou moradia com a família dando origem ao povoamento dessa região.

O progresso da cidade de Guarabira advém inicialmente do desenvolvimento da agricultura e pecuária implantadas na região em suas primeiras propriedades rurais. No decorrer do tempo e com as suas transformações de povoado em vila 1837, e posteriormente de povoado em cidade 1877, Guarabira foi ganhando forma, suas ruas foram se delineando, surgiram linhas ferroviárias, as quais ajudaram bastante o desenvolvimento principalmente comercial, que nos dias atuais é sua maior fonte de renda.

Conforme nos aponta o IBGE (2010), a cidade de Guarabira está situada cerca de 98 km<sup>2</sup> da capital paraibana João Pessoa, possui uma área territorial compreendida de 165,74 km<sup>2</sup>, tendo como limites territoriais as cidades de Pirpirituba ao norte, Alagoinha e Mulungu ao sul, Araçagi a leste e Cuitegi e Pilõezinhos a oeste. Está situada na Mesorregião do Agreste Paraibano e na Micro Região de Guarabira denominada Brejo Paraibano. De acordo com o IBGE (2010) a cidade de Guarabira possui uma população atual corresponde a 55.340 pessoas.

Assim, por sua importância em nível estadual - tendo-se em vista que Guarabira é considerada um Pólo econômico do brejo paraibano- cidade que atende as demandas das pequenas cidades que estão no seu entorno. Consideramos que estudar os aspectos da educação básica de modo geral, e, a educação ambiental especificamente é fundamental para a melhoria da qualidade da educação no município.

Entendemos que ao “dar voz” a quem está na ponta nos permite, entre outros aspectos, considerar e compreender o seu potencial no processo educativo e ainda nos ajudará a compreender como esses profissionais se colocam diante das situações que são rotineiras no cotidiano escolar.

Para uma melhor compreensão do nosso trabalho, apresentamos como referencial teórico o marco legal que norteia ou deveria nortear a educação básica no Brasil, refletindo um pouco de qual o papel das normativas apresentadas pelo governo Federal, procurando fazer um paralelo da sua aplicabilidade no nosso contexto local.

Ao tomar como foco de investigação o Ensino Fundamental, não podemos deixar de considerar como parte importante da pesquisa os determinantes político-pedagógicos que regem a escola pública brasileira e que integram a construção e estruturação do cotidiano escolar. Por isso a análise das representações estará dimensionada por um contexto político educacional, orientado pelas normativas postas – PDE, PNE e PCN's, marcado pela progressão continuada, pela divisão do Ensino Fundamental em ciclos: Fase Inicial (1<sup>o</sup> ao 5<sup>o</sup> Ano) e Fase final (6<sup>o</sup> ao 9<sup>o</sup> Ano).

A escolha da Escola Pública como lugar de pesquisa, se deu não de forma aleatória, mas por entendermos que a escola pública tem a obrigação de ser uma escola de qualidade, levando-nos a pensar em como se compõe o seu cotidiano e as implicações e determinações micro e macro sociais que ali se processam. A Escola Estadual de Ensino Fundamental John Kennedy encontra-se inserida neste contexto, faz parte das dezenas de escolas estaduais da cidade de Guarabira que trabalham com o ensino fundamental de base.

Na pesquisa que realizamos, tomamos como foco a compreensão do professor e procuramos analisar como se dá e como se constitui a relação entre teoria e prática, no que se refere à aplicabilidade das normativas no contexto da escola, sem, contudo, deixar de considerar a relevância dos demais agentes envolvidos no processo educacional, principalmente no que se refere a temática do ambiental. A questão ambiental é de fundamental importância para este período da educação, pois é neste momento onde o ser humano começa a dar os seus primeiros passos, em direção a um mundo de descobertas, que deve ser desenvolvido de modo que perpetue a intenção de conseguir uma sociedade mais justa e ecologicamente sustentável. A Educação Ambiental torna-se desta forma um caminho determinante para uma sociedade consciente do ambiente em que vive.

Desta forma observa-se a importância de que haja uma relação harmônica entre a população e o seu meio ambiente, para que isto aconteça torna-se necessário a formação de um pensamento ético, social e educacional com relação ao uso que se faz dos recursos naturais, chamados renováveis, mas não inesgotáveis. Esta ligação acontece por meio do reconhecimento da necessidade de uma relação sustentável de uma mudança de comportamento, que só se tornam reais quando os atores sociais tornarem-se pró ativos na busca do bem estar e qualidade de vida para o ecossistema local.

A pesquisa bibliográfica aqui exposta mostra claramente o desempenho dos programas que regulamentam a educação em especial a educação infantil, mostra também a preocupação crescente com o tema ambiental em sala de aula o seu desenvolvimento e o que ainda necessita melhorar para termos uma educação de melhor qualidade para o Brasil.

O trabalho observa ainda, que a educação ambiental surge da necessidade de garantir uma melhor qualidade de vida para as presentes e futuras gerações, ensinando assim, a importância de se ter uma consciência ambiental, principalmente nas series iniciais do ensino fundamental. Para a elaboração desse Trabalho de Conclusão de Curso contamos com a parte da pesquisa bibliográfica e a pesquisa no local a que se destinava encontrar informações a respeito da Escola Estadual de Ensino Fundamental John Kennedy. Com um breve conceito histórico conseguimos localizar e caracterizar o ambiente onde se encontra a estrutura da escola. O conceito de metodologia utilizado na análise e coleta dos dados foi feita considerando o problema em sua complexibilidade. Para defini-la foram respeitados os objetivos do estudo, a natureza do problema a ser investigado, bem como as variáveis que influenciam na produção desse problema. Realizamos também uma pesquisa de caráter bibliográfico, visando levantar na literatura, toda a discussão a respeito de como vem sendo tratada a questão da educação infantil, em especial a educação ambiental no ensino fundamental.

Para responder às demais questões do estudo, optou-se pela realização de uma pesquisa qualitativa, tendo como instrumento a entrevista estruturada e a realização de encontros com os educadores da escola pesquisada. A opção pela pesquisa qualitativa foi feita por se entender que esse modelo de investigação permite compreender os fenômenos inseridos numa relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito.

O instrumento da pesquisa foi utilizado na investigação com professores (as questões feitas para os professores encontram-se no Apêndice A).

No primeiro capítulo fazemos uma revisão da literatura, que nos ajuda a entender a educação básica no Brasil e sua base legal. No segundo capítulo tratamos da questão ambiental e da educação ambiental no âmbito da escola.



## CAPITULO I

### A História e a Geografia do Lugar

A história do lugar é fundamental para que entendamos seu desenvolvimento social e econômico. Sem a história é impossível a construção de uma análise consistente das condições econômica, social e educacional. Assim, a história e geografia do lugar nos possibilitam olhar com mais propriedade para os eventos que se realizam no lugar. Esses aspectos nos ajudam a pensar o lugar no presente e a olhar para o passado de forma mais pertinente.

O território que hoje denominamos de Guarabira, foi inicialmente ocupado pelos franceses que, através de uma aliança com os índios potiguares, passaram a explorar a região em busca de metais preciosos, especificamente o ouro, que supunham existir na serra da Capaoba, hoje serra da Raiz. Para a ocupação desse território, ocorreram combates sangrentos, pois o desbravamento encontrou obstáculos nos combates entre os índios aliados aos franceses de um lado, e do outro, os portugueses colonizadores da capitania, levando o governador Feliciano Coelho de Carvalho, em 1592, a expulsá-los. Os holandeses também fizeram suas incursões na área, por volta de 1641. Estes também acreditavam que poderiam encontrar ouro para abastecer a economia da Holanda. Ali estiveram à busca do ouro durante curto período, mas por não encontrarem o metal precioso retornaram ao local de onde haviam partido.

Os estudos históricos dão conta de que um dos primeiros proprietários de terra da região foi José Gonçalves da Costa Beiriz, português oriundo de pequena cidade de Beiriz. Os antigos moradores da cidade, também relatam aspectos da vida de Costa Beiriz e o consiram o fundador do município. Costa Beiriz chegando em 1755, adquiriu terras, fundou engenho de cana-de-açúcar e fixou-se com a família, dando origem ao povoamento. Homem rico e influente não custou muito para se transformar em figura importante na história da cidade.

Por estar situado em território indígena, foi dada a denominação de "Guaraobira" ou "Guirabira". Em 1837, passou a denominar-se Independência, voltando à denominação de Guarabira, em 1877. Elevado à categoria de vila com a

denominação de Independência, pela lei provincial nº 17, de 27-04-1837. Sede na vila de Independência. Constituído do distrito sede. Instalado em 11-11-1837. Elevado à condição de cidade, com a denominação de Guarabira, pela lei provincial nº 841, de 26-11-1877. (IBGE, 2010)

Quanto aos aspectos geográficos da Microrregião de Guarabira, tendo como centro o município de Guarabira, de acordo com Moreira (1985); com base no Atlas Geográfico do Estado da Paraíba (1985), observa-se que de acordo com a situação e localização dos municípios nas regiões fisiográficas e microrregiões homogêneas, o município de Guarabira está localizado na Mesorregião do Agreste paraibano, na Microrregião homogênea do Pie monte da Borborema, na região fisiográfica do Agreste e Caatinga Litorânea, sendo uma área de transição entre o Agreste e o Brejo Paraibano (MOREIRA, 1985).

O relevo da Mesorregião do Agreste paraibano no qual se situa o município de Guarabira e apresenta semelhança com o relevo da Mesorregião do Sertão paraibano, onde está situado nos amplos compartimentos rebaixados da Borborema e o Agreste Baixo fica mais extremamente entre os Baixos Platôs Costeiros e rebordo do Planalto da Borborema, no qual apresenta uma área baixa, com superfície colinosa e relevo suave e ondulado (PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE GUARABIRA, 1988).

O município de Guarabira está localizado no domínio quente e úmido na depressão sublitorânea no qual sua área territorial é caracterizada por trechos planos e serranos. Sendo eles planos na zona da caatinga e serranos na zona circunvizinha do Brejo paraibano, com altitudes que variam de 100 a 200m (LIMA; MELO, 1985).

Em relação à densidade demográfica, Guarabira-Pb apresenta 354,19 hab./km<sup>2</sup> e contém 85,5% da sua população residindo na extensão urbana. A população é de 56.482 habitantes; a zona rural é composta por 01 distrito e 09 povoados com 7.379 habitantes (IBGE, 2007).

Pela sua localização na rede urbana paraibana o município possui importância singular, sobretudo por atender as demandas por educação dos municípios circunvizinhos. Nesse sentido, Guarabira é possuidora de uma estrutura educacional que beneficia grande parcela de populações que se desloca

cotidianamente para estudar nas escolas estaduais e municipais, assim, como no ensino superior. Conforme tabela 1

TABELA 1 – ENSINO, MATRÍCULAS, DOCENTES E REDE ESCOLAR 2009

GUARABIRA-PB

Matricula Ensino Fundamental	Matricula Ensino Médio	Docentes Ensino Fundamental	Docentes Ensino Médio	Escolas Ensino Fundamental	Escolas Ensino Médio	Ensino Superior
10.568	3.109	560	160	67	7	1

Fonte: Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP.Censo 2009

Diante do exposto, podemos dizer que Guarabira exerce uma grande influência na economia da região. Através da sua rede educacional proporciona educação pública a sociedade guarabirense e demais municípios circunvizinhos. Além da educação básica, Guarabira possui ainda Ensino Superior – Universidade Estadual da Paraíba, que através de seus 5 cursos superiores (Direito, Geografia, História, Pedagogia, Letras), no Centro de Humanidades Osmar de Aquino, qualifica profissionais para as referidas áreas de atuação.

## CAPITULO II

### 2 A Educação Básica no Brasil

Neste capítulo realizamos a revisão da literatura. Só através dessa revisão é possível entender as condições da educação básica. Falar em educação pública de qualidade é discutir primeiramente a situação do ensino fundamental do país. Entendido como etapa obrigatória da vida escolar de todos os cidadãos brasileiros, o Ensino Fundamental é a base primeira incentivadora para quaisquer políticas educacional dada a sua imprescindibilidade por um lado, e sua intencionalidade, por outro.

Desde meados dos anos 90 uma série de reformas educativas foi concretizada no Brasil. A aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do atual PNE, a promulgação da Emenda Constitucional 14/96 e da Lei 9424/96, estas últimas versando basicamente sobre o financiamento público do ensino, além da definição de Diretrizes Curriculares para as diversas etapas da educação básica, conformou, entre outras ações, um rearranjo na legislação educacional já “caduca” e remanescente do período militar, cujas diretrizes somavam-se à política denominada de neoliberal com forte redução da presença do Estado, privatização dos ativos públicos, ataque aos movimentos sociais, freqüentemente acusados de corporativo, focalização de políticas sociais, abertura incondicional dos mercados locais etc.

Para tratar do assunto, se utilizou como parâmetro de análise neste trabalho, a legislação específica pertinente a Educação Fundamental, as relações entre as propostas e trabalhos referentes ao Plano Nacional de Educação (PNE) e ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para o ensino fundamental sempre procurando alinhar a linguagem explicativa dos textos e a inserção de sua meta para a qualidade do ensino fundamental no estado, além claro da proposta curricular para esse segmento do ensino.

Lembramos ainda, que a política educacional, em tempos neoliberais, assume uma posição descentralizada onde as práticas educacionais e administrativas atuais mudarão rumo à maior autonomia e participação comunitária. Esta perspectiva nos dá esperanças de que mesmo em tempos difíceis sempre haverá condições para

manter uma educação de qualidade, pois estará sempre atrelada aos interesses e exigências sociais.

## **2.1 O Marco Legal da Educação Fundamental**

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2010 p.142)

O texto constitucional nos mostra claramente a importância da educação básica, pois é ela quem promove o desenvolvimento do educando, lhe induzindo a ter uma formação indispensável para a educação básica assegurando-lhe uma formação absolutamente necessária para sua vida enquanto cidadão, fazendo-o evoluir no trabalho e em estudos posteriores. Este é um conceito novo, singular em nossa legislação educacional, resultado de anos e anos de luta e esforço de educadores que se empenharam para que alguns anseios se formalizassem em lei.

Para não interpretar cidadania e trabalho como sendo opostas entre si e evitar a qualificação do trabalho como uma sala sem janelas que não a do mercado, o Art. 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB acrescenta como próprios de uma educação cidadã tanto o trabalho quanto o prosseguimento em estudos posteriores.

De acordo com Almeida (1991 p. 43) o significado primeiro do termo base nos afirma esta acepção de conceito e etapas conjugadas sob um só todo. A educação básica é uma concepção inovadora para um país como o nosso, que durante anos, negou, de modo exclusivo e seletivo, a seus cidadãos o direito ao conhecimento por meio de ação arranjada da organização escolar.

Resulta daí, como nos diz Almeida (1991), que a educação infantil é à base da educação básica, o ensino fundamental é sua parede e o ensino médio é o seu acabamento, e é tendo uma visão do todo como base que percebemos a consequência das partes.

O Art. 4º da LDB afirma que é dever do estado oferecer uma educação básica qualificada, afirma também ser a educação um direito social com participação ativa e crítica do sujeito, dos grupos a que pertence na elaboração de uma sociedade justa e democrática.

A nossa Constituição (1988) reconhece a educação como direito social e dever do Estado.

O Brasil é um país federativo. Imagina-se que um país federativo, compartilha do poder e da autonomia relativa às circunscrições federadas em competências próprias de suas iniciativas. Isso significa a necessidade de certo grau de unidade e sem amordaçar a diversidade. Mas de acordo com a forma federativa adotada pela CF/88, com 27 Estados e mais de 5.500 municípios, só a realização do sistema federativo por cooperação recíproca, constitucionalmente prevista, poderá encontrar os caminhos para superar os entraves e os problemas que atingem nosso país.

O Art. 1º da Constituição Federal afirma: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito”. Reconhece dessa forma uma estruturação com base na cooperação reafirmada nos Artigos 1º, 18º, 23º e 60º, § 4º.

Para que este modelo federado e cooperativo dê certo, a CF criou um conjunto de normas complexo onde existe ao mesmo tempo, segundo (ALMEIDA, 1991 p.79).

Competências privativas, repartidas horizontalmente, com competências concorrentes, repartidas verticalmente, abrindo-se espaço também para a participação das ordens parciais na esfera de competências próprias da ordem central, mediante delegação. Junto com estas, associam-se as competências comuns.

A Constituição Federal desta forma, ao contrario do comum método centralizado, montou um sistema entre os integrantes da ordem federativa de distribuição de competências e atribuições legislativas dentro de limites expressos, reconhecendo a dignidade e a autonomia próprias destes como poderes públicos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional denomina a pluralidade no compartilhamento de poderes do sistema de organização da Educação Nacional, em seu Título IV. É desta concepção articulada entre os sistemas que decorre a exigência de um Plano Nacional de Educação (Art. 214 da Constituição Federal) que seja, ao mesmo tempo, racional nas metas e nos meios, e efetivo nos seus fins.

Um dos entraves para a não realização deste modelo federado é a desigualdade existente entre os próprios estados do Brasil, seja sob o ponto de vista

de recursos financeiros, seja do ponto de vista de presença política, seja do ponto de vista de tamanho, demografia e recursos naturais.

De certo modo, estudar as políticas públicas das etapas da educação básica é não somente enfrentar as políticas abertas pela União, mas e principalmente, bater de frente com o que acontece de fato, no âmbito dos mais de 5.500 municípios distribuídos pelos 27 Estados da Federação.

Dessa forma, é importante salientar que a organização educacional é mais ampla do que as iniciativas ou omissões estatais. A área da Educação Infantil é sempre visualizada pelas famílias de classes populares como necessitada de ampliação de sua rede física, isso também nos mostra o aumento da consciência da importância percebida pela sociedade em visualizar esta etapa não só como direito dos pais ao trabalho como também um direito da própria infância como um momento significativo da construção da personalidade.

## **2.2 Do PNE ao PDE: avanços e desafios**

O PNE, Plano Nacional de Educação, foi aprovado em 2000 e é regulamentado pela Lei 10.172 de 09 de janeiro de 2001, sua principal função é cuidar da educação em nível nacional, em seus diversos níveis e modalidades. Determina ainda, o caminho para a gestão e o financiamento da educação, os rumos e as metas para cada norma e modalidade de ensino, a direção e as metas para a formação e valorização do magistério e demais profissionais da educação.

Tem como objetivos: elevar mundialmente o nível de escolaridade das populações, melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis, reduzir as desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com êxito, nas escolas públicas e a popularização da gestão do ensino público, em todos os estabelecimentos oficiais, sempre obedecendo a doutrina da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (MEC, 2002).

O PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação – por sua vez, apresentado como um plano executivo é um plano do governo e de responsabilidade do MEC, tem a finalidade de operacionalizar metas já definidas no sentido de efetivar a

redução das desigualdades sociais e regionais do país através da equalização das oportunidades de acesso à educação de qualidade.

O PDE pretende, dessa forma, não se assemelhar ao Plano Nacional de Educação (PNE), onde, em certa medida, apresenta um bom diagnóstico dos problemas educacionais, mas deixa em aberto a questão das ações a serem efetivadas para a melhoria da qualidade da educação (PDE, 2007, p. 7).

Conforme nos aponta Saviani (2007, p. 34), tanto um como o outro plano têm como base de suas propostas a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem”, realizada em Jomtien 1990, (SAVIANI, 2007), que proclama a necessidade do direito à educação para todos como um compromisso das nações firmado na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Ainda com base nos estudos do autor acima citado, vê-se que esta Conferência, por uma educação de qualidade e para todos, surge da necessidade de comprometer os países, especialmente de Terceiro Mundo, a buscarem alternativas para superar o problema do fracasso educacional que se corrobora na exclusão social dos cidadãos.

A nossa realidade educacional não está fora desta verdade mundial, principalmente em relação ao que se associa a crise nacional. Ao longo dessas últimas décadas identificamos claramente duas principais dimensões: uma muito visível, nos índices absurdos de repetência e evasão escolar, especialmente no ensino de base que é o ensino fundamental, onde encontra-se ainda muito presente o analfabetismo absoluto e funcional; a outra está presente nas difíceis condições da aprendizagem que não se importam com o crescimento do aluno enquanto cidadão permitindo que passem de ano apenas por passar, mostrando a educação escolarizada na sua mais perversa face e, nesta perspectiva, não se trata mais da exclusão somente pelo abandono da escola, mas pela qualidade de ensino que ali se produz (OLIVEIRA E ARAÚJO, 2005, p. 64).

Para inverter esse quadro faz-se necessário compreender o ensino fundamental como base sólida e firme para a educação básica, caracterizando uma grande dimensão para investimento de sentidos na educação em nossos tempos, cuja centralidade passa a ser, incluir socialmente, além de revigorar o acervo histórico-cultural da humanidade, propagando-o e propiciar condições de vida e



humanidade, com uma preocupação com o ser humano em todas as suas dimensões.

Nesse sentido, Teixeira (1994) pensa em inserção social, zelo pela vida e convivência. Inclui neste afã a produção do conhecimento, a inclusão digital como modos de garantir maior qualidade de vida e adaptabilidade às contínuas transformações sociais, históricas e culturais.

Da legislação às propostas de governo, a qualidade é vista como uma continuação de propostas as quais tem como objetivo central a democratização do acesso e permanência na etapa de Ensino Fundamental. Não basta, como nos alerta Paro (2007), apenas democratizar, é necessário garantir que todos tenham escola de igual qualidade. Este tema, porém, deixa brechas que, se não atendidas imediatamente, continuarão comprometendo a educação escolar no país.

Para falar em qualidade da educação, precisamos tocar no plano de responsabilidade, de acordo com a nossa constituição, o Estado é o principal responsável, porém, o governo, a sociedade, e as demais instituições de modo geral, principalmente aos profissionais da educação, possuem responsabilidades compartilhadas.

Neste sentido, o destaque maior é para os profissionais da área de educação, pois suas responsabilidades estão intimamente ligadas a sua profissão, trazer as qualidades técnica, racional e política que caracterizam a qualidade da educação, associada a um trabalho de produção do conhecimento em sala de aula.

Estes termos fazem parte do conteúdo em si e da complementação dos PNE e PDE enquanto programas que indicam os caminhos para a educação no Brasil, visando sempre uma educação de qualidade. Há uma relação explícita entre qualidade da educação e os processos educativos para os professores, é o que nos mostra o capítulo IV do PNE.

Para Saviani (2007), isso revela a necessidade da titulação de ensino superior na caracterização do quadro de professores, remunerados de modo justo e satisfatório, capazes de se dedicar ao trabalho em uma escola, sem estarem correndo entre instituições onde trabalham. Deste modo, estarão mais responsabilizados pelas aulas que produzem e pelos resultados que os estudantes apresentam, sem transferirem estas responsabilidades ou dependerem de outras instâncias, como o sistema educativo ou mesmo as famílias.

O Plano de Desenvolvimento da Educação, desta forma, centralizou sua alegação na qualidade da Educação Básica, deixando clara a necessidade da composição da constituição do professor com formação inicial e continuada, tarefa indispensável que ele necessita para assumir este compromisso com a educação, enfatizando dessa forma o papel das instituições de ensino superior e seu compromisso com a Educação Básica. (PDE, 2007, p. 10) declara que: a melhoria da qualidade da educação básica no país depende da formação de seus professores, que é resultado das oportunidades oferecidas aos docentes.

Saviani (2007) salienta que o PDE mescla a organização da educação como um todo e não contempla o Ensino Fundamental como etapa isolada da Educação Básica. A importância maior dada à educação infantil, por ser considerada como etapa necessária ao bom aproveitamento do Ensino Fundamental, reveste o PDE de uma análise mais conjuntural que se reflete na educação.

Por fim, é importante lembrar que a política educacional, em tempos neoliberais, assume uma proposta descentralizada, onde os atuais modelos de organização e administração sofrerão mudanças rumo à maior autonomia e participação comunitária.

Para Oliveira e Araújo (2005), este panorama cria expectativas de que, mesmo com condições econômico/social desfavorável no país, é possível criar condições para uma melhor qualidade da educação, pois as ações em prol de situações melhores para a educação são decididas em função dos interesses e exigências sociais. Colocando dessa forma a responsabilidade no estado e em toda a cidadania, assim o PDE não anula nem contraria o PNE, considerando-se que oferece alternativas de operacionalização de ações para a concretização do PNE.

### **2.3 DCN e PCN para o Ensino Fundamental**

As diretrizes curriculares, postas na Lei nº 9.131/95, devem explicitar os dispostos no art. 22, XXIV, e no art. 210 da Constituição Federal de 1988, que dizem, respectivamente:

Compete privativamente à União legislar sobre: [...] Diretrizes e bases da educação nacional;

Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais, além desse vários outros fatores que se referem aos componentes curriculares tais como:

**Art. 242** “O princípio do art. 206, IV, não se aplica às instituições educacionais oficiais criadas por lei estadual ou municipal e existente na data da promulgação desta Constituição, que não sejam total ou preponderantemente mantidas com recursos públicos.”

**Art. 242 §1º** “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro”.

**Art. 215** “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.”

**Art. 215 §1º** “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.”

Estes dois dispositivos se coadunam com aquele expresso no capítulo da educação, conforme:

**Art. 210** “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”

**Art. 210 §2º:** “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Existe também o Art. 225 referente ao meio ambiente: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Por fim o Art. 205 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, caracterizando desta forma o exercício do pleno desenvolvimento da pessoa humana, na valorização da escola, no direito à saúde (CF. Art. 227), “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança,

ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Essa obrigação leva tanto a uma orientação preventiva contra os assaltos provindos das doenças sexualmente transmissíveis, quanto uma orientação valorativa da sexualidade.

Mas não se pode esquecer que, dando maior ênfase ao Ensino Fundamental, já existiam destinos expressivos expostas na Lei 8.069 de 13/7/1990, mais conhecida como (ECA) Estatuto da Criança e do Adolescente. Mesmo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, elevando ainda mais a importância do processo educativo, devemos ressaltar relevância a dois artigos que dizem respectivamente:

**Art. 57** - O Poder Público estimulará pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório.

**Art. 58** - No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura.

Ora, conforme informa Paro (2007), a Lei nº 9.131/95, que recriou o Conselho Nacional de Educação (CNE), concede à Câmara de Educação Básica (CEB), entre outras competências, no Art. 9º, letra c, a de decidir sobre as diretrizes curriculares propostas pelo MEC. Logo, cabe ao CNE decidir sobre essas diretrizes propostas.

Da proposição inicial dos PCN's, feita pela Secretaria de Educação Fundamental há uma série de textos relativos ao ensino, voltados escolares de escolas de ensino fundamental que se apresentam divididos por áreas de conhecimento.

A partir dessas discussões, o MEC tornou a elaborar sua versão prévia e a nova versão dos PCN's foi então apresentada formalmente ao Conselho Nacional de Educação em 10/9/1996.

O MEC busca, por intermédio dos PCN's, preencher o disposto no Art. 210 da Constituição Federal e positivar os caminhos do plano decenal. Portanto, uma vez

que o Art. 210 não faz conhecer nem o sujeito nem o instrumento pelo qual os conteúdos serão fixados, parece que o MEC se definiu como este sujeito.

Os conteúdos dos PCN's em sua essência já amparam os conhecimentos pertencentes ao ensino fundamental, vivenciados por meio dos próprios componentes curriculares: língua portuguesa, matemática, ciências, etc. Bem próximo a esses componentes viu-se surgir os temas transversais (saúde, orientação sexual, ética e convívio social, pluralidade étnica, trabalho e economia).

Para o autor, os PCN's desencadearam um dos debates mais envolventes já vistos até agora pelos professores, governantes, especialistas e demais interessados no assunto. O processo de elaboração da proposta de vários pontos de vista a respeito de seu produto tanto no contexto de sua fundamentação geral, quanto no referente às áreas específicas são os pontos principais dessa discussão.

Diante o exposto, os currículos e seus conteúdos mínimos (Art. 210 da CF/88) propostos pelo MEC (Art. 9º, letra c, da Lei nº 9.131/95) terão seu norte estabelecido por meio de diretrizes.

A apropriação das Diretrizes pelos projetos pedagógicos desenvolvidos pelas escolas permite que elas possuam sua própria autonomia organizando seus estabelecimentos no sentido de adequá-las à sua realidade.

Dada a nova legislação e a normatização que lhe é conseqüente, percebe-se que está extinta a noção de "currículo mínimo" nacionalmente fixado. Os entes federativos, assim, gozam de autonomia para enriquecer essas diretrizes com seus parâmetros.

Os PCNS surgiram em meados da década de 90, para auxiliar o projeto das escolas na elaboração de seu programa curricular. É fundamentado no direito de uma educação para todos, sempre buscando evidenciar o desenvolvimento completo da pessoa humana, sua capacidade de ser um ser cidadão em todos os aspectos. É organizado de acordo com as necessidades locais de cada estabelecimento de ensino, podendo ter características próprias locais ou regionais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais não são métodos, nem foram criados na intenção de ser material escolar, é antes de tudo, um caminho que a aprendizagem nas escolas pode trilhar para um desenvolvimento, principalmente social dos alunos. É um material de apoio, para os professores, ajudando no seu dia-a-dia em sala de aula, para um melhor aproveitamento no cotidiano de alunos e professores, caracteriza-se como um subsídio para a educação em sala de aula.

A Secretaria de Educação Fundamental afirma que:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem o primeiro nível de concretização curricular. É uma referência nacional para o ensino fundamental; estabelecem uma meta educacional para a qual devem convergir as ações políticas do Ministério da Educação e do Desporto... Têm como função subsidiar a elaboração ou a revisão curricular dos Estados e Municípios, dialogando com as propostas e experiências já existentes, incentivando a discussão pedagógica interna das escolas e a elaboração de projetos educativos, assim como servir de material de reflexão para a prática de professores. (BRASIL, p.29, 1997)

Os parâmetros são uma base sólida para uma educação organizada, fundamentando-se em questões que envolvem a sociedade como um todo.

A cidadania é o maior incentivo para o desenvolvimento dos PCNS nas escolas, é através dela e para ela que a educação escolar vem se desenvolvendo e transformando a vida de todos, atribuindo valores, utilizando práticas sociais que se adequam a realidade de diferentes classes sociais, depositando na escola a responsabilidade de produzir e transformar a sociedade, para isso faz-se necessário, projetos com atuação político/pedagógica para que juntas, escola e sociedade consigam trabalhar para desenvolver nos alunos e principalmente na comunidade onde habitam, os valores agregados ao ser cidadão.

“Os Parâmetros Curriculares Nacionais, ao propor uma educação comprometida com a cidadania, elegeram baseados no texto constitucional, princípios segundo os quais orientar a educação escolar:

- **Dignidade da pessoa humana**
- **Igualdade de direitos**
- **Participação**
- **Co- responsabilidade pela vida social” (BRASIL, p. 21, 1998)**

Para um melhor desenvolvimento em sala de aula os parâmetros curriculares propõem ao professor trazer aos alunos uma prática educacional voltada para a realidade social, característica muito forte da transversalidade criada a partir das necessidades apresentadas pelos PCN's.

“Os temas transversais, trazem para o cotidiano da vida na escola tradicional, a realidade vivenciada fora das paredes escolares, buscando sempre uma relação democrática. Eleger a cidadania como eixo vertebrador da educação escolar implica colocar-se explicitamente contra valores e práticas sociais que desrespeitem aqueles princípios...” (BRASIL, p. 23, 1998)

A prática educacional voltada para a realidade social é uma característica muito forte da transversalidade, que consiste basicamente na educação para a cidadania. Os temas transversais propõem trabalhar os temas: ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo, estes, em sala de aula, inseridos dentro das matérias convencionais, esta é a maior característica da transversalidade. São temas de extrema importância para o desenvolvimento social, cultural e pessoal dos alunos.

De acordo com a Secretaria de Educação Fundamental "... o ensino fundamental deve se comprometer com a educação necessária para a formação de cidadãos críticos autônomos e atuantes. (BRASIL, p. 47, 1997)

Nessa percepção tem-se a necessidade de um cuidado maior nesse período da educação básica, pois é aí onde se encontra a base fundamental, o início de um processo longo e continuado de aprendizagem na formação de cidadãos conscientes, capazes de transformar o mundo em que vivem.

Sabe-se que os PCNS foram criados para uma melhor organização da educação na sala de aula, ele indica que os alunos devem aprender em conjunto com a realidade de sua comunidade, de seu país e do planeta, trabalhando sempre os problemas que afetam diretamente a sua vida e todo contexto que a envolve identificando dessa forma questões importantes no seu dia a dia. No ensino fundamental tem-se uma preocupação maior com esses conceitos dos PCNS apresentados ao procedimento escolar, dessa forma o ensino proposto pela LDB, que mostra uma preocupação maior em função do ensino fundamental, é o de propiciar a todos formação básica para a cidadania, a partir da criação na escola de condições de aprendizagem para:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social" (LDB, art. 32, 1996).

Assim vê-se no art. 22 dessa mesma lei, que a educação básica da qual o ensino fundamental é parte integrante, deve assegurar a todos "a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no

trabalho e em estudos posteriores” fato que confere ao ensino fundamental, ao mesmo tempo, um caráter de terminalidade e de continuidade. (BRASIL, P. 14, 1997)

Sempre buscando trabalhar o aluno inserindo-o meio em que vive os parâmetros curriculares nacionais propõem ao professor trabalhar temas de preocupação da sociedade em sala de aula. São os temas transversais que trazem essa “ligação” do mundo, da convivência na sociedade, para as escolas.

“A contribuição da escola, portanto, é a de desenvolver um projeto de educação comprometida com o desenvolvimento de capacidades que permitam intervir na realidade para transformá-la.” (BRASIL, p 24, 1998)

Trabalhando temas como, ética, meio ambiente, pluralidade cultural, trabalho e consumo, saúde e orientação sexual, a transversalidade traz para a vivência escolar temas do dia a dia, imprescindíveis para o crescimento físico e social do aluno.

Por ser um tema com um grau de importância significativo na vida de toda a sociedade, o tema Educação Ambiental dentro das escolas vem ganhando cada dia mais espaço, pois é de extrema importância educacional, principalmente nas séries de base, onde contribui na formação dos primeiros conceitos a respeito de meio ambiente. Os PCNS afirmam que: “discussões e confrontação de valores, sobre temas transversais deve ser encarado como o momento crucial de formação de autonomia do aluno, ingrediente obviamente imprescindível na formação do cidadão.” (OLIVEIRA, 2002, p. 31).

Com a necessidade sempre continua de aprendizado e compreensão, tem-se que entender a EA como uma temática, para discutir valores e impactos das nossas atitudes sobre o meio ambiente no qual estamos inseridos e somos capazes de transformá-lo em prol da humanidade.

O aprendizado não é produzido somente na escola, ele é adquirido também através de nossas experiências de vida externas (relações físicas) e também internas (relações psicológicas). É isso que tem que ser praticado no nosso dia a dia, para que a EA aconteça faz-se necessário uma intervenção na vida escolar e principalmente cotidiana dos alunos, é preciso trabalhar sempre em conjunto, escola, meio ambiente e sociedade.



Todas as pessoas que trabalham com a temática ambiental têm uma responsabilidade enorme, pois devem fazer com que homem e natureza interajam de forma harmoniosa, com a esperança de que dessa relação surjam idéias e propostas educacionais para cuidarmos das questões ambientais que nos afligem. O professor, o ser educador, em sala de aula, tem a obrigação educacional de redefinir a forma de entendimento do seu aluno, fazendo com que ele compreenda a questão ambiental de modo completo, passando pelos dados históricos, analisando e percebendo todos os fatos, buscando soluções na própria história ambiental, para resolver os problemas que hoje tem preocupado todo o nosso planeta.

### III CAPITULO

#### A Questão Ambiental

Sabe-se que a prática da exploração dos recursos naturais, fauna e flora, pelas sociedades humanas é uma constante em diversas culturas. Segundo Duarte (2005) já no Império Romano, por exemplo, utilizavam-se as “feras exóticas” de todos os cantos império nos jogos do coliseu.

(...) as pessoas apinhadas para assistirem aos espetáculos presenciavam verdadeiras carnificinas de varias espécies de animais, nas chamadas *venationes*. Inicialmente (...) como uma introdução aos combates de gladiadores (...) ganharam crescente importância no gosto dos romanos (DUARTE, 2005. 35 p)

Duarte (2005) completa ainda que haveriam várias modalidades de espetáculos como luta entre fera e homem, fera contra fera ou simplesmente sacrifício de homens ou animais mais fracos contra grandes carnívoros. “Havia também números de bichos treinados, como nos circos contemporâneos” (DUARTE, 2005, p. 35).

Há indícios que a exploração dos recursos naturais não foi uma intenção romana, pois, tem-se que já em épocas remotas a ação humana teria causado “significativo desflorestamento, erosão dos solos e alterações no equilíbrio dos ecossistemas” (DUARTE, 2005, p. 35).

O uso do fogo pelo homem neolítico como formas de limpar florestas, acerca de 40 mil anos atrás, é evidente em escavações arqueológicas na África. O aparecimento da agricultura e criação de animais certamente alterou a paisagem (DUARTE, 2005).

No caso específico do Brasil desde o início da colonização nossas terras vem sofrendo sistematicamente com a exploração predatórias de nossas riquezas naturais.

O plano e as táticas do povoamento e da exploração econômica do Brasil foram delineados no primeiro século da colonização. Em termos globais, a colonização das terras brasileiras subordinou-se a um projeto português especificamente conhecido: lucrar o máximo possível com a America (Mesgravis, Pinsky. 2002 p. 93)

A humanidade tem evoluído bastante, em todos os aspectos, desde as primeiras civilizações, mas o nosso instinto predatório esta deixando de lado o aspecto de sobrevivência, estamos deixando um rastro de destruição na natureza que passará centenas ou até milhares de anos para se recompor, ou talvez nem isso, é justamente para que tais fatos não permaneçam a acontecer que, a Educação Ambiental surge principalmente, para nos trazer a consciência de que precisamos cuidar do hoje para não sofreremos amanhã.

Todos têm consciência de que o nosso país tem uma riqueza natural ainda imensa, são muitos os recursos de fundamental importância para todo o planeta, sem contar na grande parte de preciosa água doce que também se encontra aqui, é por esses e outros tantos motivos que devemos nos preocupar com a questão ambiental em todos os seus aspectos.

As primeiras manifestações em busca de uma consciência ecológica ativa e promissora surgiram em meados dos anos 60 juntamente com a preocupação dos grandes centros urbanos, que a partir da revolução industrial, começaram e desenvolver suas cidades e com elas o crescimento populacional e sua conseqüente face destruidora do meio ambiente. Uma verdadeira deterioração da qualidade de vida das pessoas, que afeta sua saúde física e psicológica, principalmente as que habitam nas grandes cidades.

A idéia desenvolvimentista de que a qualidade de vida depende exclusivamente do avanço da ciência e da tecnologia vem sendo colocada em prova, pois hoje, não dependemos unicamente de evoluções tecnológicas, mas sim e principalmente da evolução da consciência humana, numa visão unilateral de convivência e interação com o meio em que vivemos, é para que isso aconteça que a temática do meio ambiente nos currículos escolares e nos demais espaços institucionais vem se tornando cada vez mais urgente, considerando sempre seus aspectos físicos e biológicos, mas como nunca, a interação do homem com a natureza, sua relação enquanto sociedade, no seu trabalho, no seu dia a dia.

Sempre buscando trabalhar em conjunto, homem/natureza um bem maior a saúde do nosso planeta, ainda em 1960, tiveram inicio os primeiros congressos, as primeiras discussões. Aqui no Brasil, a partir da década de 70 foram sendo criados vários programas ambientais um dos mais conhecidos é o PNMA (Programa Nacional de Meio Ambiente), desenvolvido em âmbito nacional. Desde então, muitos outros programas aconteceram e leis foram adicionadas a nossa Constituição que

em 1988 determina que: "cabe promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e conscientização pública para a preservação do meio ambiente em seu art. 225".

Com a ajuda de uma pequena pressão política, o MEC, em 1990, começa a trabalhar a questão ambiental a nível nacional promovendo encontros onde nação e estados se envolvem na busca de um bem comum. O auge dos movimentos ambientalistas aqui no Brasil aconteceu com a ECO 92, realizada no Rio de Janeiro, onde ainda mais acordos foram firmados e onde muito mais pessoas tornaram-se conscientes do quanto o planeta precisa da nossa ajuda. Vinte anos após Estocolmo, quinze depois de Tbilisi e cinco depois de Moscou, chegou-se a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), que se transformou num momento especial também para a evolução da Educação Ambiental. (EFFTING, 2007).

A ECO 92 além de um marco na história da educação ambiental brasileira, serviu, principalmente como base para estrutura de muitos projetos que até hoje são utilizados no meio científico. De acordo com (EFFTING 2007), são "frutos" da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), a "1ª Jornada Internacional de Educação Ambiental" e o "workshop sobre Educação Ambiental" organizado pelo MEC. Desses eventos surgiram ainda:

- **Agenda 21:** subscrita pelos governantes de mais de 170 países que participaram da Conferência oficial, dedicou todo o Capítulo 36 a "Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento". Este capítulo contém um conjunto de propostas que ratificaram, mais uma vez, as recomendações de Tbilisi, reforçando ainda a urgência em envolver todos os setores da sociedade através da educação formal e não-formal. Além disso, a conscientização e o treinamento são 7 mencionados em outros capítulos, já que estas são necessidades que permeiam todas as áreas.

- **A Carta Brasileira para a Educação Ambiental:** produzida no Workshop coordenado pelo MEC, destacou, entre outros, que deve haver um compromisso real do poder público federal, estadual e municipal, para se cumprir a legislação brasileira visando à introdução da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino. Também propôs o estímulo a participação das comunidades direta ou indiretamente envolvidas e das instituições de ensino superior.

• **O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global:** resultante da Jornada de Educação Ambiental, elaborado pelo fórum das ONGs, explicita-se o compromisso da sociedade civil para a construção de um modelo mais humano e harmônico de desenvolvimento, onde se reconhecem os direitos humanos da terceira geração, a perspectiva de gênero, o direito e a importância das diferenças e o direito à vida, baseados em uma ética biocêntrica e do amor. (EFFTING, 2007)

### 3.1 A Educação Ambiental

O homem toma conhecimento sobre a natureza em seu contexto geral no decorrer de sua evolução, no momento em que aprende sobre a necessidade de se proteger, de se alimentar, de sobreviver, em fim de como usufruir dos benefícios da natureza para sua sobrevivência. O conhecimento sobre o ambiente em que vive torna-se indispensável.

Naquele momento o conhecimento ambiental era também necessário para a proteção contra ataques da natureza e para o melhor aproveitamento de suas riquezas. (EFFTING 2007, p.1)

Mas ao mesmo tempo em que o homem descobre a natureza e sua importância para a própria vida, é o momento de caçar, plantar de modificar o meio para se adequar a evolução, é o período que ele sente na pele o extinto de sobrevivência, nasce com esse sentimento a destruição que começa a desencadear os impactos sobre a natureza.

O termo ambiental nunca foi discutido com tanta veemência como nos dias atuais. A atual crise mundial traz à tona a importância de que haja uma relação harmônica entre a população e seu meio ambiente, por meio do desenvolvimento de uma cultura de utilização sustentável dos recursos naturais. Ou seja, torna-se necessário a formação de um pensamento ético, social e educacional com relação ao uso que se faz dos recursos que as matas proporcionam. Recursos estes, chamados renováveis, mas não inesgotáveis.

Entretanto, para buscar uma relação sustentável e uma mudança de comportamentos faz-se necessário conhecer os aspectos que condicionam essa relação. A educação ambiental traz essa possibilidade de conhecer, para preservar,

de compreender o quanto as atitudes sociais, econômicas de uma sociedade afetam o meio ambiente, dessa forma aprender que com consciência, e conhecimento ecológico pode-se mudar o rumo dessa “história”.

Mas a população mundial só começa a se preocupar com o meio ambiente a partir da revolução industrial, e somente na década de 60 é que a Educação Ambiental começa a dar os primeiros passos. A partir dessa década a preocupação mundial a respeito das questões ambientais torna-se mais evidente é nesse período que inicia-se as movimentações mundiais sobre meio ambiente, consciência ambiental e principalmente sobre educação ambiental. De 1960 para cá foram inúmeros os congressos, encontros e reuniões com um único propósito o tema ambiental. As movimentações mais marcantes para a história da educação ambiental são as seguintes:

1960 - Conferência de Educação realizada na Universidade de Keele, na Inglaterra, onde foi exposta pela primeira vez a expressão, Educação Ambiental.

1972 - Conferencia de Estocolmo na Suécia, considerada um marco histórico político internacional, foi onde se deu a devida importância a EA identificando-a como campo de ação pedagógica;

1975 - Encontro Internacional sobre Educação Ambiental, em Belgrado na Iugoslávia, que destacou importância e orientou a criação do Programa de educação Ambiental;

1977 – Conferência Intergovernamental sobre a Educação Ambiental, em Tbilisi na URSS;

1987 – Congresso Internacional sobre Educação Ambiental e Formação Relativa ao Meio Ambiente;

1992 – Conferencia das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), um marco fundamental para o rumo da EA no mundo e principalmente no Brasil; (EFFTING, 2007)

São três décadas de muita informação e compreensão a respeito de meio ambiente e educação ambiental, trazer a consciência de ambiente total, para dentro da sala de aula é o processo final e decisório que o rumo da educação ambiental trilha, para o eco desenvolvimento no planeta.

A partir de então se começa a tratar o termo Educação Ambiental pela sua denominação, são varias as definições para o seu conceito e são vários os momentos em que tais definições foram consideradas ideais para o modelo de

educação desenvolvido. EFFTING (2007) mostra específica e detalhadamente os seus conceitos do que vem a ser EA:

- Educação Ambiental é a preparação de pessoas para a sua vida enquanto membros da biosfera;
- Educação Ambiental é o aprendizado para compreender, apreciar, saber lidar e manter os sistemas ambientais na sua totalidade;
- Educação Ambiental significa aprender a ver o quadro global que cerca um problema específico - sua história, seus valores, percepções, fatores econômicos e tecnológicos, e os processos naturais ou artificiais que o causam e que sugerem ações para saná-lo;
- Educação Ambiental é a aprendizagem de como gerenciar e melhorar as relações entre a sociedade humana e o ambiente, de modo integrado e sustentável;
- Educação Ambiental significa aprender a empregar novas tecnologias, aumentar a produtividade, evitar desastres ambientais, minorar os danos existentes, conhecer e utilizar novas oportunidades e tomar decisões acertadas.

A educação ambiental relacionada ao objetivo de compreender e sistematizar propostas para a crise ecológica orienta à transição de um novo paradigma. Sua ação dá-se na interdisciplinaridade e deve desenvolver conhecimento, compreensão, habilidades, motivação para adquirir valores, mentalidades, atitudes necessárias para lidar com questões e problemas ambientais e encontrar soluções sustentáveis.

A educação ambiental é um instrumento eficaz que consegue suscitar muitas das questões consideradas nocivas e de grande impacto ao desenvolvimento de uma nação. Desenvolvida em conjunto com a sociedade numa relação harmônica entre homem e natureza, busca-se na educação ambiental uma ação, mais dinâmica no que se diz respeito à proteção do meio ambiente, faz-se necessário medidas enérgicas que brotem inicialmente de cada um para proteção do todo. "... a Educação Ambiental que será realmente capaz de estimular uma mudança de valores e comportamento." (OLIVEIRA, 2002 p. 12)

São muitas as definições, mas um só é o propósito, aprender a cuidar do planeta terra. Com uma visão globalizada de mundo, onde cada um tem que fazer a sua parte buscando sempre interar-se no meio em que vive. "... a dupla integração do homem com a natureza e a sociedade, mostrando como influenciemos e somos influenciados pelo ambiente." (OLIVEIRA 2002 p. 10)

A relação da sociedade com o meio natural é o eixo norteador da EA, é com esse propósito que as instituições escolares trazem para o dia a dia dos alunos os temas relativos ao meio ambiente, inserido nos temas transversais e trabalhado desde a educação básica até a educação de jovens e adultos (art. 9 Lei nº9. 795).

De acordo com EFFTING (2007, p. 25)

Com os conteúdos ambientais permeando todas as disciplinas do currículo e contextualizados com a realidade da comunidade, a escola ajudará o aluno a perceber a correlação dos fatos e a ter uma visão integral do mundo em que vive.

O processo de utilização da EA nos currículos escolares vem sendo trabalhoso e demorado, pois necessita de atitudes individuais e coletivas de sensibilização e formação, mesmo com todas as propostas pedagógicas voltadas para a conscientização, mudança de comportamento diante da situação atual do mundo, ainda há muita dificuldade principalmente na continuidade desses projetos.

Implementar a Educação Ambiental nas escolas tem se mostrado uma tarefa exaustiva. Existem grandes dificuldades nas atividades de sensibilização e formação, na implantação de atividades e projetos e, principalmente, na manutenção e continuidade dos já existentes. (EFFTING, 2007, p. 27)

Dessa forma a escola deve buscar alternativas que não venham de um processo já ultrapassado e cansado pelo tempo, deve utilizar-se das constantes modificações em todas as áreas do ensino em busca de um processo de educação constante e inovador.

### **3.2 Educação Ambiental e Consciência Ecológica**

Para Sirvinskas (2003, p. 30) a evolução do homem foi longa até atingir uma consciência plena e completa da necessidade da preservação do meio ambiente. Não por causa das ameaças que vem sofrendo nosso planeta, mas também pela necessidade de preservar os recursos naturais para as futuras gerações.

Para que aconteça a preservação do meio ambiente, faz-se necessário conscientizar o homem por meio do conhecimento da relação homem e meio ambiente, o caminho mais seguro para que essa relação aconteça está no aprendizado da educação ambiental ela é o primeiro passo para uma sociedade



verdadeiramente consciente de o quanto o planeta é importante para nossa existência.

Assim, Milaré (2004) assevera que:

Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ECO 92, adotou na Declaração do Rio e na Agenda 21 o Desenvolvimento Sustentável como meta a ser buscada e respeitada por todos os países. O princípio quatro da Declaração do Rio estabelece que: para alcançar o Desenvolvimento Sustentável a proteção ambiental constituirá parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente deste.

Após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente observa-se a passagem de uma fase de romantismo em que predominava a preservação da natureza pelos movimentos ambientalistas. Essa fase permitiu posteriormente a análise das questões socioambientais a partir de um conceito de cidadania e o despertar de um sujeito crítico. Como já foi referido, esse novo modelo só se efetivará por meio de profundas alterações na estrutura política, pública, empresarial, baseadas na ética que surgirá do processo de reestruturação socioeconômica mais equilibrada e mais justa, baseada sempre na educação ambiental para a cidadania (MILARÉ, 2004).

Em conseqüência, para Pelizzoli (1999, p. 122):

O que se mostra necessário, nesse caso, é a promoção de um processo massivo de educação (ambiental) e ética (o sustentável a partir de nós, organizações, etc.). Recuperação das relações humanas dignas e reavaliação da noção de produção de subjetividade isolada e como posse. A humanidade precisa evoluir também a nível espiritual, ético, de sociabilidade. Nos valores e ética para o desenvolvimento sustentável de um verdadeiro projeto cultural a ser construído como alternativa para toda a civilização. A busca é a da construção de uma sociedade melhor e não apenas de um desenvolvimento sustentável na economia.

O verdadeiro progresso econômico surge agora com um consenso em torno do tema, em que deve ser socialmente justo e ecologicamente sustentável.

Não há educação ambiental sem participação política. A educação ambiental é fundamentalmente uma pedagogia de ação. Não basta se tornar mais consciente dos problemas ambientais: é necessário se tornar também mais ativo, crítico e participativo.

A questão ambiental é um problema socioambiental, fazendo-se necessário uma postura ética em relação a esses temas. A educação ambiental vale para a

reconstrução de valores e modos de inserção nos ambientes e culturas, para que isso seja sustentável. Ainda segundo Milaré (2004), para a existência de uma sociedade sustentável a condição básica é a consciência de solidariedade em âmbito planetário, no sentido de cada cidadão sentir-se responsável pela tarefa, juntamente com a busca de uma sociedade justa.

Sirvinskas (2003, p. 5) considera sobre o assunto:

Compreende-se também por sustentabilidade desenvolvimento ecologicamente equilibrado, como sendo a conciliação de duas situações aparentemente antagônicas; de um lado, temos a necessidade da preservação do meio ambiente, e, de outro, a necessidade de incentivar o desenvolvimento socioeconômico. Essa conciliação será possível com a utilização racional dos recursos naturais, sem, contudo, causar poluição ao meio ambiente.

É necessário um movimento por uma nova ética e cultura na relação homem/meio ambiente e o anseio por uma nova ordem global a partir da ecologia (PELIZZOLI, 1999).

Analisando a Era Ecológica, Pelizzoli (1999) considera que esta tem como paradigma a cooperação, o resgate do humano, da espiritualidade. E para que isto se concretize, é imperativa a promoção de um processo maciço de sensibilização, educação ambiental e ética.

O grande desafio da humanidade a partir de agora é promover o desenvolvimento sustentável de forma rápida e eficiente.

Esse conceito se propõe a projetar uma nova perspectiva para o planejamento econômico. Pretendia ele, tornar o desenvolvimento sensível à adoção de técnicas adaptáveis ao nível cultural das pequenas comunidades de terceiro mundo. Assim, tinha por meta conciliar desenvolvimento e ecologia em um nível primário de desenvolvimento.

Sachs (1993) define eco desenvolvimento como o desenvolvimento socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente prudente. Dessa forma, a solução de problemas específicos de cada região deve ser baseada em dados culturais e não só nos ecológicos para a satisfação das necessidades imediatas.

De acordo com Montibeller-Filho (2001, p. 43):

A construção do novo conceito parte da crítica à visão economicista e ao desenvolvimentismo, denunciando-os como reducionismo econômico e como responsável pela geração dos problemas sociais e ambientais. E o

eco desenvolvimento põe-se como resposta à crise da ciência, até então estabelecida, nas abordagens de fenômenos sociais que se complexificaram com o advento dessas questões. Sem embargo, na ciência, o conceito em pauta, que veio a se constituir em novo paradigma ou padrão normativo, difunde-se em resposta aos limites das abordagens que não mais conseguem dar conta de compreender a realidade complexa e mutante, composta de fenômenos sociais que não tomavam lugar ativo no pensamento científico, tais como a exclusão social e a questão ambiental.

Nesse caso, o eco desenvolvimento baseava-se na taxa de crescimento econômico, tomando-a como equivalente à melhoria das condições de vida da sociedade. Tendo isto por base, o crescimento da produção era estimulado, mesmo que para tanto fosse preciso degradar o meio ambiente.

Sachs (1993, p. 65) vai mais longe e elabora as cinco dimensões de sustentabilidade do eco desenvolvimento:

- a) Sustentabilidade Social
- b) Sustentabilidade Econômica
- c) Sustentabilidade Ecológica
- d) Sustentabilidade Geográfica
- e) Sustentabilidade Cultural

A afirmação que se pode ter é de que este desenvolvimento procura melhorar a qualidade de vida com a mínima degradação ambiental, preocupando-se com a preservação da natureza para as gerações futuras. Com isso, tem-se por desenvolvimento sustentável aquele que corresponde às necessidades das atuais gerações e não compromete a satisfação das necessidades das futuras gerações. Esse novo paradigma pressupõe um conjunto de sustentabilidades que podem ser definidas em três: eficiência econômica, social e ambiental.

## CAPITULO IV

### **Caracterizações da Escola Estadual de Ensino Fundamental John Kennedy**

A presente coleta de dados foi realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental John Kennedy, que atende a 365 (trezentos e sessenta e cinco) alunos a qual esta situada a Rua: John Kennedy nº515, Bairro Novo na cidade de Guarabira-Pb.



Foto 1 – Entrada da E. E. E. F. John Kennedy  
Fonte: CAMELO, Ana Nery, 2011

A Escola John Kennedy, como é popularmente conhecida, foi constituída no ano de 1965, precisamente a 15 de outubro de 1965, na intenção de atender uma necessidade da sociedade local. Funciona nos períodos da manhã, tarde e noite, no período da manhã atendendo as serie do 1º ao 5º anos que compreende o ensino fundamental menor, no período da tarde as series do 6º ao 9º ano que compreende o ensino fundamental maior e a noite atende ao EJA (Educação para Jovens e Adultos) do Ensino Fundamental e Médio.

A escola conta com sete salas de aula, uma secretaria e uma sala de apoio que a escola denomina sala multifuncional por atender varias necessidades que durante o ano letivo a escola apresentar, uma cantina e ginásio poliesportivo. O corpo discente é formado por uma diretora, uma supervisora e vinte e cinco professores dos quais apenas cinco atendem as séries do ensino fundamental menor, a escola conta ainda com 15 auxiliares de serviço gerais.



Foto 2 – Alunos do 5º ano da E. E. E. F. John Kennedy  
Fonte: CAMELO, Ana Nery, 2011

Contudo a escola não possui uma estrutura como é prevista por lei, para acomodar as necessidades dos discentes, pois, ainda não possui uma biblioteca estruturada, um auditório para a atividade extraclasse, o que a escola tem hoje é uma cantina que é improvisada e vira um auditório. A estrutura física da escola encontra-se um pouco desgastada pelo tempo e necessita urgentemente de reforma, principalmente para a segurança de alunos e professores que reclamam de seus muros baixos dando acesso a marginais que por ali habitualmente passam e pela mesma localizar-se em terreno próximo a áreas quase abandonadas. Mesmo localizando-se em bairro de classe médio-alta da cidade a escola atende a população mais carente do bairro, tendo como principal foco as crianças de classe médio-baixa e baixa que estão à margem da sociedade local.



Foto 3 – Cantina da E. E. E. F. John Kennedy  
Fonte: CAMELO, Ana Nery, 2011

A relação intra-escolar é feita de uma forma satisfatória, com a realização de reuniões, palestras e comemorações de algumas datas festivas, integrando toda a comunidade.

Essa é uma tarefa que todos os membros do corpo discente está encarregado de fazer, como forma de poder trazer o máximo possível a comunidade para dentro da escola.

Conforme as informações fornecidas pela Direção da Escola, estão matriculados no corrente ano 365 alunos, distribuídos da seguinte forma: três turmas de educação infantil fundamental menor (1º, 2º e 5º) anos funcionando no período da manhã; duas turmas do fundamental menor (1º e 4º) anos e quatro do fundamental maior (6º, 7º, 8º e 9º); e o EJA do Ensino Fundamental e médio no período da noite.

A escola possui uma pequena biblioteca com um considerável acervo de livros. Nos últimos anos o Governo Federal disponibilizou material para as escolas públicas. No entanto, apesar do acervo que a escola possui os alunos são pouco estimuladas a pesquisa e a leitura.



Foto 4 – Biblioteca da E. E. E. F. John Kennedy  
Fonte: CAMELO, Ana Nery, 2011

Os professores não possuem boas condições de trabalho, grande parte das atividades escolares, planejamentos, reuniões, são realizadas na sala dos professores. A mesma é pequena, pouco ventilada, desconfortável para atender as demandas cotidianas dos professores. Segundo a gestora, os recursos enviados pela Secretaria de Educação não são suficientes para a melhoria física da escola.



Foto 5 – Sala de Professores da E. E. E. F. John Kennedy  
Fonte: CAMELO, Ana Nery, 2011

Assim, os professores se sentem desmotivados, desprestigiados pelo poder público. Isso tem ocasionado certo descompromisso por parte do corpo docente, que não vê ser seu trabalho reconhecido. As condições de trabalho são essenciais para a motivação da equipe, segundo as professores em suas entrevistas.

#### **4.1 A educação ambiental no cotidiano da sala de aula.**

Com relação ao que se refere à Educação Ambiental na Escola Estadual John Kennedy, nada de muito vantajoso vem sendo desenvolvido, o que pudemos observar foi que a temática ambiental apesar de ser presente principalmente no cotidiano das séries iniciais do ensino fundamental, vem sendo trabalhada com pouca atenção principalmente da parte dos professores, que apesar de desenvolverem projetos bem elaborados para determinados períodos do ano letivo, ficam nessa fase sem continuidade. A maioria dos projetos desenvolvidos em sala de aula pelos professores provem da mobilização por alguma época do ano ou mesmo datas comemorativas, um exemplo dessas atividades são as viagens de campo geralmente elaboradas no período do mês outubro onde comemoram com a viagem o dia das crianças, ou a coleta de lixo na própria escola trabalhando a coleta seletiva e ajudando na limpeza da própria escola, ou ainda a arrecadação de alimentos nas residências do bairro para a população mais carente. São atividades simples que trazem o cotidiano para a sala de aula fazendo com que o aprendizado, se faça cada vez mais presente na vida de alunos e professores.

#### **4.2 A Escola Estadual John Kennedy e os PCNS**

Apesar de a escola conhecer e discutir regularmente as questões referentes aos PCNS, os professores vem trabalhando em cima das perspectivas dos temas transversais apenas nas séries correspondentes ao ensino fundamental menor, não tendo, portanto uma abrangência maior dentro da escola. Os professores se reúnem regularmente com a direção e a pedagoga responsável pelo colégio para discutirem as propostas apresentadas pelo programa, porém, muita coisa não vem sendo colocada em prática, principalmente por falta de vontade dos próprios professores. Apesar de saberem a priori da necessidade de variadas atividades em sala de aula para esse tipo de aluno específico do ensino fundamental, e as mesmas serem oferecidas pelas entidades que gerenciam a determinada escola, para interagirem melhor com o alunado, muito pouco vem sendo desenvolvido.



### **4.3 Sujeitos da Pesquisa e levantamento de dados**

Os sujeitos da pesquisa foram diretoria da escola e professores que atuam nas séries iniciais do Ensino Fundamental e trabalham com a matéria de geografia, na Escola Estadual de Ensino Fundamental John Kennedy. A instituição foi escolhida devido ao fácil acesso, por se localizar em bairro populoso da cidade e atender a um grande número de alunos de diferentes localidades do município.

A seleção dos professores foi feita a partir de uma conversa com a diretora da escola. Durante essa conversa procurou-se esclarecer ao máximo os objetivos da pesquisa, enfatizando-se a necessidade de entrevistar docentes que atuam nas fases iniciais do Ensino Fundamental e desenvolvem em sala de aula e possuem alguma atividade em educação ambiental.

Quanto ao perfil das docentes que participaram da pesquisa, estão caracterizados da seguinte forma: são duas as que atuam especificamente no ensino fundamental, que compreende as séries relativas do 6º ao 9º ano correspondentes ao 2º ciclo do ensino fundamental, estas estão caracterizadas como sendo 2 (duas) mulheres.

Sobre o levantamento de dados da presente investigação as questões foram realizadas exclusivamente pela investigadora. As entrevistas aconteceram no fim da segunda quinzena do mês de maio do ano de 2011.

Para identificar a concepção dos professores sobre o Ensino Fundamental, foi utilizada como instrumento para coleta de dados a entrevista estruturada, composta por questões (Apêndice A). As questões buscaram caracterizar o estabelecimento de ensino, suas características físicas e ambientais e o conhecimento dos professores a respeito dos PCNS e Educação Ambiental fazendo a aplicação desses conteúdos na escola.

As entrevistas foram realizadas em horário e data determinadas pelos professores e aconteceram na sala dos professores em horários destinados à hora/atividade das aulas. As questões foram elaboradas visando oportunizar liberdade para os entrevistados expressarem suas idéias diante do tema investigado.

Uma vez realizadas as entrevistas, estas foram analisadas de forma a buscar convergências e divergências nas falas dos professores, a partir do que foi possível

estabelecer algumas categorias de análise necessárias para discussão e apresentação dos resultados da pesquisa.

A análise das entrevistas permite identificar algumas características do pensamento dos professores sobre o Ensino Fundamental e a aplicabilidade do tema transversal meio ambiente em sala de aula. Essa caracterização permitiu levantar informações usadas na análise das falas dos docentes.

Embora sejam possíveis outras interpretações e categorias diferentes das aqui utilizadas a partir da fala dos professores, as categorias apontadas são as que foram consideradas relevantes tendo em vista os objetivos propostos para a pesquisa.

Com relação às duas professoras de geografia do ensino fundamental da Escola John Kennedy todas as duas possuem ensino superior completo sendo uma graduada em História com especialização em História do Brasil e a outra graduada em Geografia com especialização em Ciências Ambientais. Sobre seus conhecimentos a respeito de PCNS as duas são unânimes em afirmar que seu entendimento é pouco, pois compreendem o tema apenas como um auxílio para a organização do currículo escolar.

As professoras firmam também que os PCNS vem ajudando bastante, como complementação é bom, mas deixa a desejar por falta de incentivos principalmente políticos que não oferecem subsídio algum para que o professor melhore sua atuação em sala de aula, “ a política escolar trata da sistematização e outra serie de coisas referentes ao ensino fundamental, mas quando chega na pratica o professor não dispõe de material para se trabalhar em sala de aula, todo o material de que a escola dispõe provem de iniciativa da diretoria” diz a professora indignada com a falta de material escolar. Possui material didático apenas para o EJA, outra modalidade de ensino que a escola abrange porem não é de nosso interesse neste momento.

Quanto ao que se refere aos temas transversais as duas estão cientes da importância de se trabalhar em sala, mas o faz com pouco zelo e quase nada tem a declarar sobre seu conhecimento a respeito do temas. Com relação ao seu entendimento sobre a educação ambiental apresentam um interesse pela necessidade de se trabalhar em sala, por este se tratar de um tema atual, porém as questões ambientais não passam de temas trabalhados esporadicamente por algum projeto isolado e de curto período que a escola propõe aos professores. Os próprios

docentes reconhecem o desestímulo que possuem e atribuem tal atitude ao processo de educação que a cada dia que passa fica mais complicado de ser estruturado, pois, falta principalmente de iniciativa política de se ter uma educação pública de qualidade, afirma uma das professoras, também reconhecendo que muito poderia ser feito se partisse de cada um a vontade de melhorar o ensino do país.

As duas professoras reclamam de falta de segurança e da vulnerabilidade dos professores, tanto pelo estado em que o prédio da escola se encontra (muros baixos e a escola ser cercada por terrenos baldios) quanto pela qualidade de alguns alunos que a freqüentam, trazendo a tona mais uma vez a necessidade de se tomar uma iniciativa política, para propor melhorias para a escola e para quem dela necessita.

#### **4.4 Uma Proposta de Educação Ambiental para a Escola Estadual de Ensino Fundamental John Kennedy**

Quando nos deparamos com as condições do ensino na escola John Kennedy uma das primeiras idéias que nos veio foi a elaboração de uma proposta para a Educação Ambiental na escola. Entendemos que a principal função da educação ambiental em sala de aula é orientar os indivíduos, a que se destina, e a sociedade em geral para uma sensibilização coletiva em relação ao ambiente em que se vive, para a partir de então conceituarem novas visões e valores a respeito do bem maior da humanidade, fonte de vida, o meio ambiente. Encontrar esses valores no cotidiano é a nossa tarefa na Escola Estadual de Ensino Fundamental John Kennedy.

O objetivo principal dessa atividade escolar é fazer com que os alunos possam ampliar seus conhecimentos a respeito do tema ambiental. Para isso deve-se contar com os recursos de que o próprio colégio dispõe, trazendo para os alunos a problemática atual diante de seu conceito comum sobre a sociedade e seus problemas.

A escola necessita inicialmente de disposição por parte dos professores para desenvolver e trabalhar em sala de aula a questão ambiental. São tarefas simples que com zelo e dedicação podem transformar o modo como as crianças vêem e tratam o ambiente em que vivem.

Quando crianças e jovens são orientados a participar de projetos que envolvem o exercício da solidariedade a Escola ganha muito, pois vai envolvê-los

em atividades participativas incentivando o seu convívio em sociedade. Em vista disso o colégio pode trabalhar sob uma nova perspectiva, objetivando vivenciar o real sentido de preservar para sobreviver.

Assim, a principal justificativa para a realização de um projeto dessa natureza é o desenvolvimento da consciência ambiental na criança, fazendo com que ela cresça e exerça com consciência sua cidadania cuidando do meio ambiente.

### **OBJETIVO GERAL**

-Contribuir para que os alunos possam ampliar os conhecimentos a cerca do significado da preservação ambiental, mas, sobretudo construam uma concepção de ambiente pautada em valores e ações que visem um mundo com menos desigualdades e degradação ambiental.

### **OBJETIVOS ESPECIFICOS:**

- Vivenciar o cotidiano escolar adotando atitudes de respeito ao MEIO AMBIENTE;
- formar cidadãos conscientes, críticos e participativos nas atividades festivas religiosas e formativas desta escola;
- compreender o verdadeiro sentido de preservar partindo de uma visão consumista e/ou reducionista para a participação coletiva de todos;
- sensibilizar a comunidade escolar para os problemas socioambientais;
- conscientizar a comunidade escolar sobre a influência do consumo exagerado para o meio ambiente;
- promover a discussão sobre as causas e as possíveis soluções para o aquecimento global;
- vivenciar cada momento em sala de aula adotando atitudes de respeito ao meio ambiente.

### **Atividades que podem ser desenvolvidas em sala**

#### **TRABALHAR A LIGUAGEM ORAL E ESCRITA:**

- levantamento do conhecimento sobre o tema.
- produção de textos coletivos.
- conversas informais.

- leitura de quadrinhos, poesias, soneto e etc.
- escrita espontânea. Leitura de historia sobre o tema.
- coro falado – dramatização.
- concurso de cartazes com temas ambientais

#### **TRABALHAR O TEMA EM MUSICAS:**

- roda cantada.
- musica referente ao tema.
- banda.

#### **TRABALHAR COM TEATRO DE FANTOCHE**

- fazer com os alunos criem suas próprias histórias
- colocar os alunos para representar
- desenvolver junto com os alunos o gosto pela dramatização

#### **EXIBIÇÃO DE FILMES E DOCUMENTÁRIOS PARA DISCUSSÃO EM SALA**

#### **REALIZAR TRABALHO DE CAMPO NOS ARREDORES DA ESCOLA VISANDO APRESENTAR AO ALUNO OS PROBLEMAS AMBIENTAIS MAIS PROXIMOS**

#### **METODOLOGIA DE TRABALHO NA ESCOLA**

- socializar a equipe para um trabalho dinâmico
- realizar atividades com oficinas
- realizar dinâmicas e brincadeiras interativas
- apresentação e exposição de trabalho
- planejamento e discussão dos termos pertinentes ao meio ambiente
- atividade reflexiva
- analisar os rendimentos dos educandos
- conversa informal dialogo e questionamento oral através de cartaz, figuras e relatos sobre o assunto;
- confecção de um mural sobre o meio ambiente
- alinhavo, colagem, pintura com tintas;

- história em seqüência;
- jogos com figuras e da memória;

### **EQUIPE:**

- Professores
- Coordenadores pedagógicos
- funcionários
- gestores
- comunidade

Membros da Secretaria de Educação e Cultura

Membros da Secretaria de Meio Ambiente

Professores da Universidade Estadual da Paraíba

### **AValiação DO PROJETO**

Avaliação do projeto será contínua, através de reuniões permanentes com professores e alunos para analisar o conteúdo e o desenvolvimento das ações propostas. A partir dessas avaliações o projeto irá sendo ajustado as condições reais da escola, buscando sempre um maior envolvimento dos alunos e professores. Assim como, tentando envolver a comunidade a participar de ações junto a escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise a respeito da educação ambiental no ensino fundamental, no caso, na Escola Estadual de Ensino Fundamental John Kennedy, nos permitiu refletir sobre uma realidade que é a nossa e que no dia-a-dia vai passando despercebida sem que possamos de fato mensurar o que estamos construindo e qual o caminho que estamos trilhando no processo de construção do conhecimento.

Chama-nos a atenção a falta de clareza dos profissionais da educação em torno de temas que deveriam ser de domínio de todos da área da educação, como o PDE, o PNE e os PCNS, uma vez que esse conjunto de normas, por assim dizer, norteia as diretrizes educacionais voltadas ao ensino básico o qual estão todos inseridos.

O pouco conhecimento dos educadores de geografia a cerca dos elementos principais da sua prática educacional, vem dificultando bastante o desempenho de suas funções e conseqüentemente a obtenção de melhores resultados na educação pública, em que os próprios educadores reconhecem suas fragilidades e a necessidade de se avançar em busca de uma educação de qualidade para o município. É inaceitável a proposta de conhecer sem colocar em prática as normas estabelecidas em lei para o aprimoramento do conhecimento em sala de aula.

Fica claro na análise das entrevistas realizadas, da necessidade de se programar um processo de formação sistemática que permita aos profissionais da área o domínio dessas questões tão importantes para o desenvolvimento da política educacional no estado e do município, na perspectiva de se construir uma educação de qualidade, preocupada na formação integral do ser, no sentido holístico da palavra.

Quanto à metodologia adotada pelos professores para trabalhar a educação ambiental em sala de aula, é feita através do método tradicional colocando em foco apenas as disciplinas “tidas como referencia a ecologia”, ciências e geografia, localizando-as apenas dentro da escola sem nenhuma dinamização. A escola não possui uma prática de aulas de campo, por exemplo, o que traria para o aluno à teoria e a prática num mesmo instante transformando desta forma a aula num momento mais atrativo. Das poucas vezes que ocorrem uma atividade extraclasse pode ocorrer também palestras sobre o tema com opiniões entre alunos e professores ajudando desta forma a dinamizar um pouco mais as aulas.

Fica claro na análise das entrevistas realizadas, da necessidade de se programar um processo de formação sistemática que permita aos profissionais da área o domínio dessas questões tão importantes para o desenvolvimento da política educacional no estado e no município, na perspectiva de se construir uma educação de qualidade, preocupada na formação integral do ser, no sentido holístico da palavra.

Outro aspecto que nos chamou a atenção é que os profissionais que participaram do nosso trabalho, além de não conhecerem o que já está pautado já há algum tempo no âmbito educacional, também desconhecem o que está sendo discutido atualmente e é quando nos referimos à educação ambiental em sala de aula, onde toda estrutura, compactuada e mencionada nos PCNS através dos temas transversais deve ser utilizada, que vemos o quanto os professores necessitam de recursos e de estarem sempre atualizados, pois acreditam que os PCNS serve apenas para serem cumpridos no papel, sendo colocados em prática apenas em momentos extraclasse quando acontecem as feiras de ciências, por exemplo.

A problematização nas escolas públicas é bem maior do que imaginamos são questões principalmente políticas que regem o desenvolvimento da escola como um todo, fazendo com que desta forma o ensino público seja composto apenas por números sem nenhum tipo de qualidade educacional.

Por fim, acreditamos no compromisso dos poderes constituídos no estado e município e esperamos que nosso trabalho sirva de indicativo para que se busque novos caminhos para a educação do município em questão, reconstruindo o caminho que verdadeiramente sirva para formar verdadeiros cidadãos, com capacidade de perceber a importância da educação ambiental no seu dia-a-dia escolar para serem capazes de não apenas resolver mas de prevenir os problemas ambientais, cidadãos capazes de interagir com o meio em que vivem, sendo sujeitos da sua própria história.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F.D.M. **Competências na Constituição de 1988**. São Paulo: Atlas, 1991.

BRASIL, **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)** disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=593&Itemid=910&systemas=1> ; <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/index.htm>, 16-11-2010

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 12. Ed. — Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado De Minas Gerais, 2010. 411p.

DUARTE, Horta Duarte. **HISTÓRIA & NATUREZA**. São Paulo – SP. Editora Autêntica. 112 p. 2005. ISBN 85-7526-159-2.

EFFTING, Tânia Regina. **Educação Ambiental nas Escolas Públicas: Realidade e Desafios**. Marechal Cândido Rondon, 2007. Monografia (Pós Graduação em “Latu Sensu” Planejamento Para o Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Marechal Cândido Rondon, 2007.

IBGE, CENSO 2010

**Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. [portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf)

**Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995**. Altera os dispositivos da Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. [www.consuni.ufrj.br/legislacao/lei913195.doc](http://www.consuni.ufrj.br/legislacao/lei913195.doc), 2010

**Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, *Diário Oficial da União*, 10-01-2001.

MESGRAVIS, Laima. PINSKY, Carla Bassanezi. **O BRASIL QUE OS EUROPEUS ENCONTRARAM: A flora e a fauna. Índio e homens brancos. Antropologia e vida sexual**. 2ª Ed. São Paulo – SP. Editora Contexto. 106 p. 2002. ISBN 85-7244-140-9.

MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente: doutrina- jurisprudência- glossário**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

**Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação (SEF/MEC). Secretaria Nacional de Esporte Educacional do Ministério dos Esportes. Notícia. Brasília: SEF/MEC, 2004.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

OLIVEIRA, Alissandra de Fátima Teixeira de. **PCNS e Meio Ambiente – Um Tema Transversal**. Monografia apresentada no curso de Especialização em Análise Ambiental II da Universidade Estadual da Paraíba de Guarabira 2002, 59p.

OLIVEIRA, R.P; ARAÚJO, G. **Qualidade do Ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação**. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação, v.28, 2005.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. **Mesorregiões e Microrregiões da Paraíba**. João Pessoa: GAPLAN, 1985.

PARO Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

SAVIANI, D. T. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: uma análise do projeto do MEC**. Campinas: Educação e Sociedade, v. 28, n. 100, 2007.

SIRVINSKAS, Luis Paulo. **Manual do direito ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2003.

PELIZZOLI, Marcelo Luis. **A emergência do paradigma ecológico: reflexões ético filosóficas para o século XXI**. Petrópolis, RJ. Vozes. 1999.

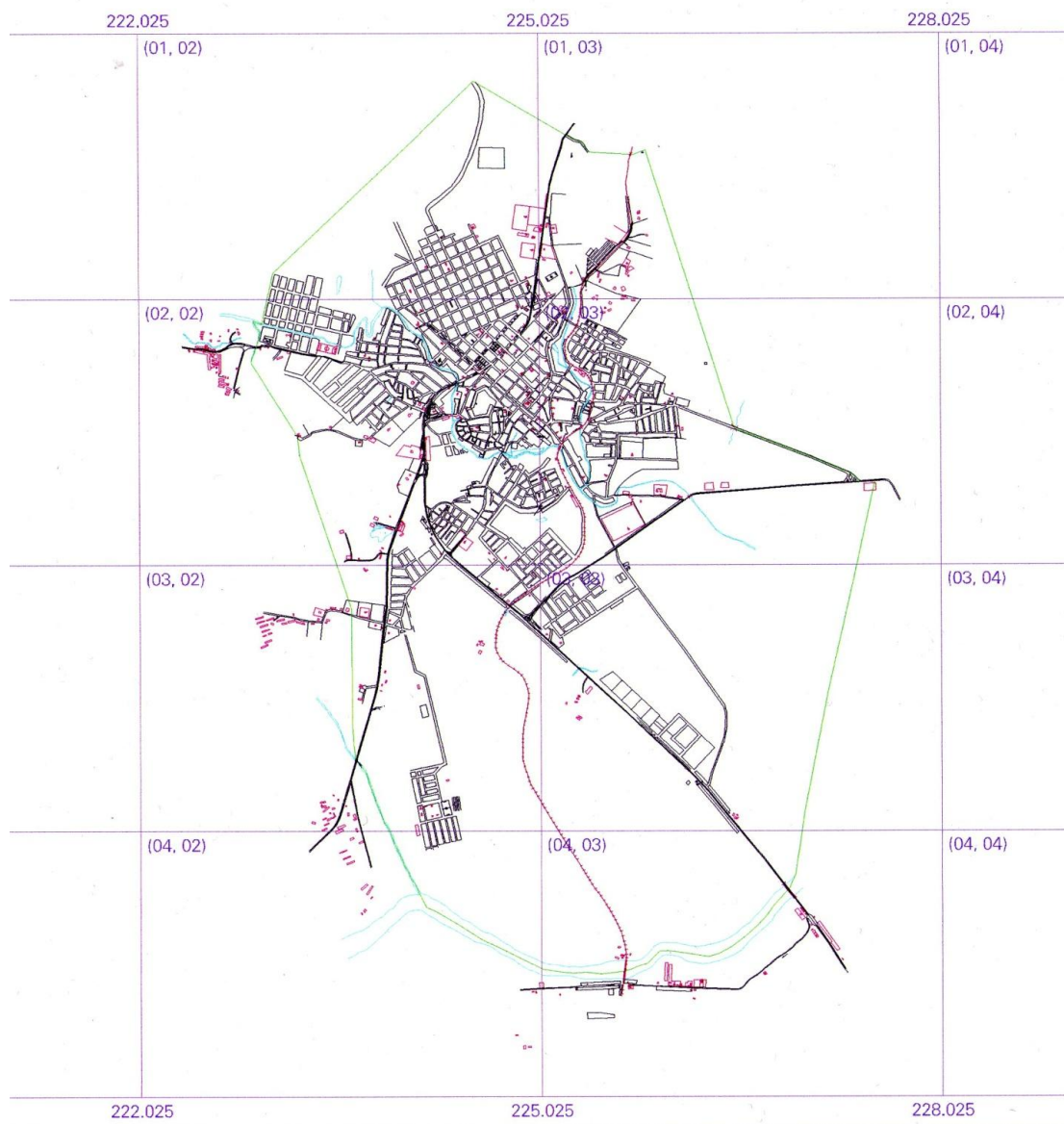
SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI - desenvolvimento e meio ambiente**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

TEIXEIRA, A. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

## **ANEXOS**

## Anexo 1 – Mapa da cidade de Guarabira

PB - GUARABIRA COD: 2506301



## **APÊNDICE A – Modelo de Questionário**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES CAMPUS III  
DEPARTAMENTO DE GEOHITÓRIA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA  
Discente: Ana Nery Bezerra Camelo

Questionário para levantamento de dados sobre o desenvolvimento da educação ambiental em sala de aula, especificamente as séries do ensino fundamental.

Para a direção

Sobre a escola:

Nome completo: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Data/Ano de fundação: \_\_\_\_\_

Localização da escola: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Tamanho da escola em metros: \_\_\_\_\_

Quantidade de salas de aula: \_\_\_\_\_

Possui secretaria? \_\_\_\_\_

Possui outras salas de apoio? \_\_\_\_\_

Possui cantina? \_\_\_\_\_

Ginásio poliesportivo? \_\_\_\_\_

Quantidade total de alunos matriculados: \_\_\_\_\_

Quantas e quais as séries que atende: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Distribuição das series por turno: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Quais os tipos de educação base desenvolvida na escola? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

---

---

Possui alguma atividade social desenvolvida no bairro?

Se sim, qual(is)?

---

---

---

Situação da localidade:

---

---

---

Relação da escola com a comunidade local:

---

---

---

Quadro de funcionários:

Auxiliares de serviço? \_\_\_\_\_

Quantos? \_\_\_\_\_

Professores? \_\_\_\_\_

Quantos? \_\_\_\_\_

Pedagogo? \_\_\_\_\_

Quantos? \_\_\_\_\_

Direção? \_\_\_\_\_

Quantos? \_\_\_\_\_

Como a escola trata a questão ambiental em sala de aula?

---

---

---

Possui um trabalho voltado para as perspectivas dos temas transversais?

---

---

---

Qual a maior dificuldade com relação ao termo ambiental difundido em sala?

---

---

---

Possui algum projeto voltado para o desenvolvimento da educação ambiental?

---

---

---



Aos que desenvolvem algum tipo de educação ambiental

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Série que atua: \_\_\_\_\_

Você conhece ou já ouviu falar nos PCN?

( ) Sim                      ( ) Não

Se Sim, fale um pouco a respeito?

---

---

---

Qual o seu entendimento sobre temas trans versais?

---

---

---

Qual a sua visão sobre educação ambiental?

---

---

---

Em sua opinião por que a escola não desenvolve um trabalho contínuo em educação ambiental?

---

---

---

## APÊNDICE B – Fotos do objeto de estudo



Secretaria da escola



Ginásio poli esportivo